

# REVELANDO CAMINHOS: ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+



**Cristiana Tristão Rodrigues**  
**Lucas Adriano Silva**

Organização:

**FUNARBE**  
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

**UFV**  
Universidade Federal  
de Viçosa

 **IPPDS**  
Instituto de Políticas Públicas e  
Desenvolvimento Sustentável

**AKSAAM**

Financiamento:

 **FIDA**

Investindo nas populações rurais



**REVELANDO CAMINHOS:**  
ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A POPULAÇÃO  
**LGBTQIA+**

**Cristiana Tristão Rodrigues**  
**Lucas Adriano Silva**

**Viçosa, MG**  
**2024**



# REVELANDO CAMINHOS: ESTUDO SOCIOECONÔMICO SOBRE A POPULAÇÃO LGBTQIA+

AUTORIA:

Cristiana Tristão Rodrigues  
Lucas Adriano Silva

REVISÃO GRAMATICAL E ORTOGRÁFICA:

Cinthia Maritz dos Santos Ferraz Machado  
Doutora em Letras - Estudos Literários

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Carlos Joaquim Einloft

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal de Viçosa – Campus Viçosa

F866a Rodrigues, Cristiana Tristão, 1980-.  
2024 Revelando caminhos [recurso eletrônico] : estudo socioeconômico sobre a população LGBTQIA+ /  
Cristiana Tristão Rodrigues, Lucas Adriano Silva. -- Viçosa, MG : UFV, IPPDS, 2024.  
1 cartilha eletrônica (36 p.) : il. color.

Disponível em: [https://www.ippds.ufv.br/?page\\_id=23593](https://www.ippds.ufv.br/?page_id=23593)  
ISBN 978-85-60601-44-8

1. Minorias sexuais – Condições sociais. 2. Minorias sexuais – Condições econômicas. 3. Violência  
contra minorias sociais. I. Silva, Lucas Adriano, 1995-. II. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de  
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Adaptando Conhecimento para Agricultura Sus-  
tentável e Acesso ao Mercado. III. Título.

CDD 22. ed. 306.7

Bibliotecário responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317



## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	7
2	HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL.....	10
3	REVISÃO TEÓRICA: O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO APRIMORAMENTO DAS CAPACIDADES E DA LIBERDADE DE FAZER ESCOLHAS .....	12
4	METODOLOGIA.....	14
4.1	Análise da população LGBTQIA+ .....	14
4.2	Fonte de Dados .....	15
5	RESULTADOS.....	17
5.1	Panorama nacional.....	17
5.2	Panorama da região Nordeste.....	19
5.3	Vulnerabilidade Socioeconômica da comunidade LGBTQIA+ no Brasil: uma análise sobre educação, renda e violência nas áreas rurais e urbanas a partir de dados da PNS (2019) e do Disk 100 .....	20
5.3.1	O cenário nacional .....	20
5.3.2	O cenário nordestino .....	22
5.3.3	O cenário do semiárido mineiro .....	25
6	REVELANDO CAMINHOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FORMAÇÃO DE JOVENS EM EMPREENDEDORISMO RURAL (PJR) NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE .....	27
7	CONCLUSÃO .....	32
	REFERÊNCIAS .....	33
	ANEXOS .....	35





# 1. INTRODUÇÃO


**H**á séculos, a comunidade LGBTQIA+ (composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais, *queers*, intersexuais, assexuais e outras minorias sexuais e de gênero) sofreu um processo de marginalização e vulnerabilidade, o que conduziu a um escasso conhecimento sobre as necessidades desse público específico, culminando com a invisibilidade desses indivíduos para grande parte da sociedade e, conseqüentemente, para a atenção das políticas públicas (Albuquerque et al., 2013).

A significativa concentração de recursos econômicos, políticos e culturais, no Brasil, principalmente a partir do século XX, quando aumenta a urbanização e industrialização no país, marcam a intensificação das desigualdades regionais e produzem relevantes impactos sobre a distribuição geográfica da comunidade LGBTQIA+ (Oxhorn, 1995). As cidades de grande porte, que são os polos administrativos e econômicos do país, principalmente na região Sudeste do Brasil, concentram não somente poder e riqueza como também contribuíram para formar comunidades LGBTQIA+ mais sólidas (Marsiaj, 2003). As cidades, principalmente as maiores e mais desenvolvidas, têm sido vistas como espaços que atraem o segmento LGBTQIA+ por oferecerem mais oportunidades e assim se constituem numa forma de escapar da discriminação, do preconceito, do controle e da dominação da família (Green, 2000).

Por meio de informações divulgadas pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (2019), pode-se constatar

que, de fato, há maior declaração de homossexualidade ou bissexualidade na região Sudeste, de 2,1% contra 1,9% no Sul e Norte, 1,7% no Centro-oeste e de apenas 1,5% no Nordeste, região que apresentou o menor percentual de declaração. A mesma situação fica também evidenciada quando se atenta para as áreas rurais e urbanas, em que o percentual de declaração nestas últimas chega a ser mais de duas vezes o da primeira, ou seja, de 2% nas áreas urbanas contra 0,8% nas áreas rurais. Porém, cabe destacar que o maior percentual de declaração não significa exatamente que a comunidade seja maior em determinada região ou área. Por ser mais solidificada e encontrar condições mais favoráveis à sua autoafirmação, um número maior de pessoas tem mais segurança para se declarar homossexual ou bissexual, e os casos de subnotificação são menores.

O maior percentual de declaração em áreas mais desenvolvidas tende a ocorrer principalmente porque as regiões mais ricas podem ofertar maiores oportunidades e melhores condições socioeconômicas, o que contribui para autoafirmação e para fortalecimento da comunidade, diferentemente do que ocorre nas regiões mais pobres, sobretudo, nas áreas de interior e áreas rurais, em que a vulnerabilidade socioeconômica e o predomínio de uma visão muito estreita e restrita sobre a sexualidade, promotora de relações e papéis de gênero convencionais (Browne, 2011), fazem prevalecer ideias e estigmas sociais, aumentando o medo da discriminação e violência. Essa ordem social rígida, com pouca tolerância para a expressão da diversi-



dade sexual (Scott et al., 2015), levaria as minorias rurais a adotarem, em muitas situações, uma “camuflagem sexual” para performatizar o gênero de modo a se ajustar às regras hegemônicas de viver e trabalhar nos espaços do campo (Fellows, 2001).

Todas as formas de discriminação conduzem o indivíduo a uma posição de vulnerabilidade, que passa a encontrar dificuldade de acesso à saúde, lazer, educação, geração de renda, alimentação e moradia digna (Brasil, 2012). Essas condições criam um círculo vicioso, em que a discriminação acentua a vulnerabilidade, o que conseqüentemente tende a aumentar as subnotificações, tornando a população LGBTQIA+ cada vez mais invisível às políticas e reforçando a sua exclusão e marginalização. Para que esse processo não se perpetue, é preciso entender que esse grupo se trata de uma comunidade específica, com características próprias e individualizadas, sendo necessário, portanto, elaborar e estudar os dados particulares sobre esse recorte populacional para que seja possível a criação de políticas destinadas a ele (Brasil, 2012; Silva; Schons, 2019).

Um dos maiores obstáculos à visibilidade desta comunidade para as políticas públicas é a subnotificação nas pesquisas sobre orientação sexual e identidade de gênero. É preciso ampliar o levantamento de informações socioeconômicas, bem como relacionadas à violência sofrida por esse grupo para que seja possível obter mais indicadores sobre o mesmo e, assim, possibilitar estudos sobre a sua situação socioeconômica e como ela se relaciona com a concretização de direitos. De acordo com Souza (2007), o que torna um problema visível às políticas públicas é a divulgação de indicadores que mostram a dimensão do problema. No caso da comunidade LGBTQIA+, para viabilizar a construção destes indicadores, é preciso que haja melhor capacidade das declarações da orientação sexual, para que, assim, o problema ganhe visibilidade e a população possa ser de fato alcançada pelas políticas.

Considerando esse contexto, houve um importante avanço com a divulgação pelo IBGE, em maio

de 2022, dos dados da PNS, que inclui o quesito Orientação Sexual e investigou, pela primeira vez, e em caráter experimental, essa característica da população brasileira. A base de dados é referente ao ano de 2019. A disponibilização desses dados torna oportuna a realização de estudos para caracterização socioeconômica da população LGBTQIA+, possibilitando fornecer diagnósticos para melhor orientação de políticas públicas direcionadas a esse público. Além desta base, outros bancos podem contribuir com estudos desta natureza e são considerados na presente pesquisa, como dados de Secretarias de Violência, do DISK 100 e do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+.

O reduzido percentual de declaração sobre orientação sexual é um problema que tende a se acentuar nas regiões e áreas mais pobres. A autodeclaração é muito influenciada pela renda, pela escolaridade e por fatores que incidem sobre a autoestima, a segurança e o medo da discriminação e violência. Todo esse cenário revela que a comunidade LGBTQIA+ enfrenta grandes dificuldades, particularmente no contexto do Nordeste, o que pode ser ainda mais desafiador quando se trata da região semiárida, sujeita a dificuldades socioeconômicas ainda maiores, em função dos desafios impostos pelo clima. Cabe destacar que, no caso específico dos jovens, um dos fatores principais para que eles abandonem a sua localidade nas áreas rurais do semiárido está a falta de perspectivas profissionais e oportunidades de geração de renda. Para um jovem que pertence à comunidade LGBTQIA+, outras dificuldades são somadas a essas, a opressão social, o preconceito e a discriminação quanto às dissidências sexuais e de gênero. Conforme destacam Souza et al.: “(...) É muito, muito, muito desafiador ser LGBT e viver no Nordeste, viver no Sertão., viver no Sertão” (Souza et al., 2022, p. 8).

Frente à quase invisibilidade da temática no contexto do Semiárido do Brasil, este estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico socioeconômico da população LGBTQIA+ na região Nordeste e realizar um estudo de caso sobre o Programa Local “Formação de Jovens em Empreendedorismo Ru-





ral”, no município de Pentecostes, no Ceará. Para alcançar este objetivo, primeiramente buscou-se conhecer a situação da população no Brasil como um todo, bem como nas áreas rurais e urbanas, considerando os aspectos de educação, renda e violência; na sequência, foi realizada uma análise considerando os mesmos aspectos socioeconômicos para a região Nordeste; e por fim, foi feita uma análise sobre violência na região semiárida de Minas<sup>1</sup>, buscando alcançar um melhor entendimento sobre a violência enfrentada pela comunidade LGBTQIA+ que vive neste tipo de bioma.

Apesar do grande avanço, com a publicação dos dados inéditos da PNS (2019), que investiga a orientação sexual e a identidade de gênero no Brasil, ainda há necessidade de mais pesquisas, principalmente daquelas que forneçam informações sobre as áreas rurais, para que seja possível realizar um mapeamento da realidade dessas pessoas e, consequen-

<sup>1</sup> A região semiárida de Minas é a única a possuir informações sobre violência contra pessoas LGBTQIA+, disponíveis na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e é a que mais se aproxima da realidade vivida no semiárido do Nordeste.

temente, a construção ou o aperfeiçoamento de políticas públicas para o fortalecimento de direitos fundamentais. Sempre foi um desafio debater temáticas como essas com homens e mulheres do campo, especialmente no espaço familiar. É preciso também aprimorar os métodos de pesquisa para minimizar as subnotificações nas áreas mais pobres, menores e rurais, para que de fato possa haver maior incentivo do poder público em melhorar as condições de vida e superar os desafios diversos vivenciados por toda comunidade LGBTQIA+ no meio rural.

A realização de estudos mais aprofundados sobre a caracterização socioeconômica da população rural LGBTQIA+ do semiárido pode contribuir para tornar essa comunidade e seus problemas socioeconômicos mais visíveis às políticas públicas, bem como para contrapor o pensamento patriarcal e superar a mentalidade conservadora que predomina neste espaço, buscando mostrar que o meio rural também pode ser um espaço de acolhimento e de debate na construção de um futuro que respeite as diversidades.



## 2. HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ NO BRASIL

No final da década de 1970, à medida que o Brasil se encaminhava para o processo de redemocratização, um mosaico vibrante de movimentos sociais surgiu, trazendo consigo uma demanda urgente por igualdade e liberdade. Entre esses movimentos, destacavam-se aqueles que buscavam desafiar as normas sociais e legais que marginalizavam grupos minoritários (Ferreira; Sacramento, 2019).

Um dos pioneiros nesse cenário foi o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido apenas como Somos, que emergiu como uma importante voz na defesa dos direitos dos homossexuais. Fundado em 1978, este grupo foi um dos primeiros a desafiar abertamente a discriminação e a violência enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ no Brasil (Ferreira; Sacramento, 2019). Suas ações e manifestações foram fundamentais para elevar a discussão sobre as questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero em um momento de grande repressão política.

Inicialmente focado nos direitos dos homossexuais, o Somos evoluiu para abraçar uma maior pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais, agregando lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais. Esse alargamento de perspectiva refletia a diversidade intrínseca à comunidade LGBTQIA+ e a necessidade de solidariedade e apoio mútuo entre os seus diferentes segmentos.

Novas organizações e coletivos surgiram, trazendo consigo uma mensagem de resistência e esperança, ganhando força e visibilidade, apesar das persistentes adversidades. A luta pela igualdade de direitos e pelo respeito à diversidade evoluiu, tornando-se uma parte essencial do cenário político e social do país, moldando o curso da história LGBTQIA+ no Brasil.

Essa luta por direitos não ficou confinada apenas aos espaços de ativismo político e social, estendendo-se para outros espaços e considerando propostas inter-setoriais (Albuquerque et al., 2013). No âmbito jurídico, uma série de batalhas foi travada para garantir o reconhecimento e a proteção legal dos direitos da população LGBTQIA+.

Na área cível, importantes conquistas foram alcançadas, como o reconhecimento do direito ao nome social. Nesse ínterim, instituições e agentes do sistema jurídico foram orientados a respeitar o nome pelo qual as pessoas LGBTQIA+ se identificam, bem como os seus pronomes preferidos, conforme estabelecido pela Resolução n.º 270/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Vale lembrar que esse direito é assegurado independentemente de procedimentos cirúrgicos ou hormonais, bastando a autodeclaração.

Outro avanço significativo foi o reconhecimento da união homotransafetiva como entidade familiar. Em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou




legalmente a união estável entre pessoas do mesmo gênero à união estável entre homem e mulher, garantindo às primeiras os mesmos direitos e deveres dos segundos. Algumas decisões posteriores e a Resolução CNJ n.º 175/2013 reforçaram essa medida, obrigando os cartórios de todo o país a celebrarem o casamento civil e a conversão de união estável em casamento entre pessoas do mesmo gênero.

Como consequência do reconhecimento legal da união estável homotransafetiva houve a extensão dos direitos sucessórios, bem como dos direitos de

registro de filiação, de reprodução assistida e de adoção. Tratam-se da garantia de que esses casais tenham acesso aos mesmos direitos e deveres que os casais heteroafetivos, sem haver distinções nos procedimentos legais.

Essas conquistas legais representam não somente o avanço na consciência e aceitação da diversidade, mas também o compromisso contínuo em assegurar a igualdade e a justiça para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.





### 3. REVISÃO TEÓRICA: O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DO APRIMORAMENTO DAS CAPACIDADES E DA LIBERDADE DE FAZER ESCOLHAS

A abordagem das capacidades foi concebida por teóricos economistas e filósofos políticos empenhados em salientar que qualquer projeto de justiça social deve considerar que os seres humanos são agentes que precisam de liberdade para serem capazes de buscar seus objetivos pessoais (Davidson et al., 2009).

Essa concepção parte da perspectiva de Sen (2000), que define o desenvolvimento humano como o processo de ampliação do leque de oportunidades individuais para a concretização de decisões de vida planejadas e desejadas. Portanto, não considera apenas a riqueza em bens materiais para se alcançar o bem-estar, mas, sim, a possibilidade de escolhas para que os indivíduos possam determinar a própria vida. A renda não é o único fator que determina o nível de privação; outros fatores, como a disponibilidade e o acesso aos cuidados de saúde, a participação e representatividade social e a educação podem compensar minimizar os efeitos dos baixos rendimentos (Mosaner, 2016).

Para a comunidade LGBTQIA+, sobretudo para aqueles que vivem em áreas menos desenvolvidas como área rural e na região do semiárido, o desenvolvimento das capacitações tem papel fundamental, pois a falta delas, agregada à pobreza e à exclusão social, restringe a liberdade dos indivíduos e, conse-

quentemente, o desenvolvimento e bem-estar, retirando a possibilidade de se expressar livremente e de ser respeitado (Amarante, 2019).

Nesse sentido, uma questão recente abordada pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) é a declaração sobre a orientação sexual. De maneira geral, esse tipo de declaração possui impacto em diferentes setores da sociedade e pode auxiliar no suporte às políticas públicas sobre esta temática. Sob a ótica da economia tradicional, a falta de declaração ou subnotificação impede que os indivíduos tenham liberdade de se expressar, de ter representatividade, de solidificar e fortalecer a comunidade, diminuir discriminação, bem como de fornecer indicadores socioeconômicos sobre o a comunidade LGBTQIA+, suas necessidades e vulnerabilidades. A ausência de dados mais precisos coloca esse grupo em situação de hipossuficiência econômica, baixa escolaridade e produtividade, além de limitado acesso a bens e serviços públicos. A discriminação e a falta de bem-estar geradas pela “camuflagem sexual” podem, inclusive, aumentar os gastos públicos com saúde. Do ponto de vista da redução da felicidade média da população, isso pode diminuir o bem-estar subjetivo; e sob a ótica da abordagem das capacidades, pode limitar a possibilidade de os indivíduos levarem uma vida plena (Campetti, 2019).



Ainda fazendo menção ao problema da subnotificação nas declarações sobre a orientação sexual, a acumulação de aptidões e competências complexas pode contribuir para amenizar este problema, pois tem diversos efeitos nas capacidades humanas, o que poderá contribuir para aumentar a segurança e liberdade para os indivíduos se expressarem. A obtenção de competências básicas aumenta as opções do indivíduo, bem como suas capacidades cognitivas, a liberdade para fazer escolhas, de se autoafirmar na sociedade e de se desenvolver. Ter educação, por exemplo, facilita o alcance do autorrespeito e da visibilidade social, a participação política e social e o acesso a informações cruciais para uma vida saudável e segura, o que, por consequência, aumenta as opções e o grau de liberdade do indivíduo (Lanzi, 2007).

No contexto da comunidade LGBTQIA+, é importante que eles sejam capacitados e apoiados nos seus esforços para exercer suas liberdades e alcançar o tipo de vida que julgam o mais satisfatório possível. A discriminação a que estão sujeitos traz consigo

uma série de obstáculos ao desenvolvimento individual, o que limita o poder de escolha. Portanto, os tratamentos, as estratégias de reabilitação e a prestação de apoio comunitário podem ser essenciais para a capacidade de a pessoa escolher e prosseguir com a vida que desejam, mas a sua função deve ser compreendida diretamente neste contexto.

Sendo assim, entende-se que a função das políticas públicas, no contexto da comunidade LGBTQIA+, é apoiar as pessoas nas suas próprias escolhas e objetivos e oferecer-lhes um aparato para fortalecerem as suas capacidades e poderem ter mais liberdade para fazer suas escolhas e se autodeclararem, o que tende a gerar um ciclo virtuoso. Ações como essas contribuem para o fortalecimento e a solidificação da comunidade, gerando mais oportunidades, maior renda, maior escolaridade, maior participação e tornará esses indivíduos potenciais receptores das ações de políticas públicas, o que, por sua vez, reiniciará todo o ciclo, ao invés de viverem no abandono e se camuflarem para fugir da discriminação e violência.





## 4. METODOLOGIA

### 4.1. Análise da população LGBTQIA+

**E**ste trabalho busca realizar uma análise sobre condições socioeconômicas da população LGBTQIA+ no Nordeste do Brasil, além de explorar as características da população rural e do semiárido desta região, bem como do semiárido de Minas Gerais, com intuito de evidenciar a situação de vulnerabilidade deste grupo (em termos de renda, educação e violência), de modo que assim possa dar subsídios para orientar ações de políticas públicas.

Para tanto, este estudo realiza uma pesquisa descritiva, exploratória, e um estudo de caso, com abordagem qualitativa, conforme Gil (2019). A análise descritiva tem como objetivo descrever as características socioeconômicas da população LGBTQIA+, buscando organizar, classificar e relacionar as variáveis. Para realizar esta análise, foi utilizado o método de Estatística Descritiva. Neste estudo, algumas ferramentas descritivas são empregadas como gráficos, tabelas e medidas de síntese, como porcentagens e médias. O objetivo com o emprego destas ferramentas é condensar os dados para permitir uma visualização mais geral e estabelecer padrões de comportamento, bem como definir um perfil característico das unidades analisadas (Reis; Reis, 2002).

A análise descritiva dos dados permite também identificar valores discrepantes, que podem ser resultantes do registro incorreto dos valores ou devido à dispersão nos dados (Reis; Reis, 2002). A utilização destes recursos de descrição é importante neste estudo para compreender o perfil socioeconômico

da população LGBTQIA+, principalmente das regiões semiáridas do Brasil, a fim de que seja possível direcionar os caminhos das intervenções.

Por fim, para alcançar o objetivo de analisar as especificidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ no contexto específico do Semiárido brasileiro, foi realizado um estudo de caso sobre o Programa Local de Formação de Jovens em Empreendedorismo Rural, realizado no município de Pentecostes no Ceará.

O estudo de caso, segundo Gil (1999), é caracterizado como um estudo mais aprofundado de um objeto de pesquisa, de maneira a melhorar seu conhecimento. Geralmente, esse tipo de estudo representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, e quando o pesquisador tem pouco controle sobre os fenômenos estudados, como é o caso do Programa de Formação de Jovens em Empreendedorismo Rural (PJER), para o qual há a necessidade de um conhecimento mais aprofundado do contexto de sua implementação. Assim, busca-se responder a questões sobre como, por que e quais os resultados gerados, considerando o público específico LGBTQIA+.

A linha de Promoção de Diversidade do Programa é a linha de interesse deste estudo sobre a atuação do PJER. Esta linha foi criada para atender grupos de jovens mais vulneráveis, que são jovens mulheres e jovens LGBTQIAP+. Esse público recebe do programa assessoria e suporte para se tornarem capacitados



a desenvolver e iniciar seus próprios projetos de negócios e/ou gerar impacto social em suas comunidades. Nesta etapa, o programa oferece prospecção de crédito, planejamento econômico-financeiro, primeiros passos em marketing e formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs). O objetivo principal da linha diversidade é dar apoio para que ocorra a inclusão socioproductiva de jovens mulheres e jovens LGBTQIA+. Para alcançar este objetivo, o programa procura promover a ampliação das capacidades deste público, o aproveitamento de sua resiliência, de suas potencialidades e vocações, abrindo espaço para o reconhecimento de que a diversidade é um elemento fundamental ao desenvolvimento local sustentável (ADEL, 2024).

Desta forma, busca-se compreender as ações do Programa, quais problemas elas buscam solucionar e como elas alteram o comportamento dos indivíduos quando eles respondem a essas ações. Isto exige um estudo sobre o estado presente do Programa, as experiências passadas, o ambiente

## 4.2. Fonte de Dados

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 realizou uma investigação inédita, nas pesquisas domiciliares do IBGE, sobre orientação sexual, identidade de gênero e dados socioeconômicos referentes à população adulta brasileira, de 18 anos ou mais de idade. Até então, os dados coletados sobre essa temática eram referentes a casais do mesmo sexo de nascimento, disponibilizados pelo Censo Demográfico 2010 e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, realizada desde 2012 (PNS, 2019). É importante destacar que a informação sobre orientação sexual deve ser coletada por pesquisa de saúde, por ter caráter sigiloso, não podendo ser uma pergunta realizada abertamente com o chefe ou algum membro do domicílio.


Com objetivo de avaliar a relevância e qualidade destes dados, os resultados da PNS (2019) estão sendo apresentados como estatísticas experimen-

em que ele está inserido atualmente e como estes fatores podem afetar uns aos outros. Martins e Santos (2003) afirmam que num estudo de caso, o pesquisador tenta descobrir os fatores importantes na história ou desenvolvimento de seu objeto de pesquisa.

Autores como Rauen (2006) explicam que existem diferentes tipos de estudos de casos. Na presente pesquisa foi realizado um estudo de caso do tipo situacional e microetnográfico. De acordo com Rauen (2006), no primeiro tipo, situacional, analisa-se casos específicos que ocorrem na sociedade, como, por exemplo, uma manifestação ou um programa social. O pesquisador procurará, neste caso, conhecer os pontos de vista e as circunstâncias das pessoas envolvidas. No tipo microetnográfico, são enfatizados os aspectos que consideram uma realidade mais abrangente, como o comportamento de compra de clientes, dos candidatos de um concurso, de beneficiários de um programa, como o PJER, e assim por diante.

tais, para que se possa envolver os usuários e as partes interessadas. A pergunta sobre a orientação sexual foi incluída no Módulo de Atividade Sexual da PNS (2019) motivada pela demanda nacional por informações para caracterizar a população de acordo com essa informação. Essa inclusão será importante para explorar aspectos relacionados não só ao mercado de trabalho, como também à saúde, segundo os diferentes tipos de orientação sexual autodeclarados pelas pessoas, fornecendo bases para diagnósticos relacionados a políticas públicas voltadas para atender esse público (PNS, 2019).

Para a obtenção de informações referentes à violência sofrida pela população LGBTQIA+, há a utilização de dados provenientes dos relatórios do DISK 100, do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais.



O Disque Direitos Humanos (Disque 100) é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, especialmente as que afetam populações em situação de vulnerabilidade social, como é o caso da população LGBTQIA+. A partir deste serviço são disseminadas informações sobre ações, programas, campanhas, direitos e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis no âmbito Federal, Estadual e Municipal e do Distrito Federal. Por meio dele também são produzidos relatórios contendo dados das denúncias recebidas, com registros de violações de direitos humanos. Entre esses registros, há o número de denúncias LGBTQIA+, referentes a denúncias de diferentes violências sofridas, a exemplo de violência física e psicológica.

As informações do Dossiê de Mortes e Violências contra a comunidade LGBTQIA+ não se baseiam em informações institucionais, sendo resultantes de uma coleta contínua ao longo do processo de elaboração, obtida através de notícias veiculadas em jornais, portais eletrônicos e casos divulgados em redes sociais. Trata-se do resultado de um esforço coletivo de produção e sistematização de dados so-

bre a violência e a violação de direitos sofridos por pessoas LGBTQIA+. Produzido pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTQIA+, que reúne a organização Acontece Arte e Política LGBTQIA+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

Já as informações da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) são divulgadas mensalmente, consistindo em estatísticas de criminalidade dos 853 municípios mineiros e de todas as regiões do estado de Minas Gerais. Tratam-se de estatísticas de crimes violentos monitorados pela SEJUSP (estupro, estupro de vulnerável, extorsão, extorsão mediante sequestro, homicídio, roubo, sequestro e cárcere privado), bem como de vítimas de homicídios consumados, furto, lesão corporal, estratificação de roubos e furtos por alvo (estabelecimentos comerciais, residências, transporte coletivo, cargas e transeuntes), veículos roubados e furtados. Dentre esses dados, encontra-se o Painel de Crimes com Causa Presumida LGBTQIA+fobia, elaborado para oferecer transparência aos dados de crimes com causa presumida LGBTQIA+fobia, crimes que são direcionados a pessoas dessa comunidade de forma individual ou coletiva.





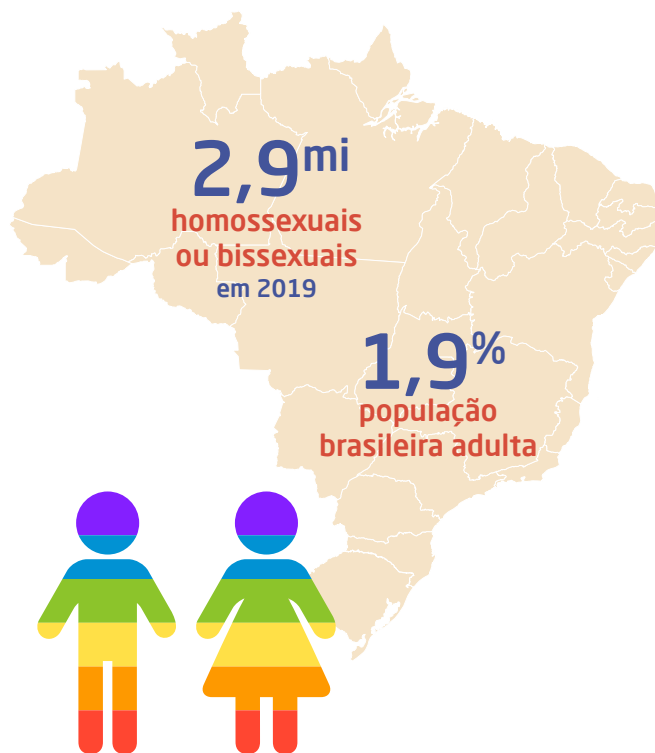
## 5. RESULTADOS

### 5.1. Panorama nacional

**D**e acordo com dados da PNS (2019), cerca de 2,9 milhões de pessoas se declararam homossexuais ou bissexuais no país em 2019, o que correspondia a 1,9% da população brasileira adulta, maior de 18 anos. Já 1,7 milhão não sabia sua orientação sexual e 3,6 milhões não quiseram responder (PNS, 2019).

Na **Tabela 1**, adiante, constam informações sobre a distribuição da população brasileira de mais de 18 anos por orientação sexual e por sexo. Nota-se que a declaração de pessoas bissexuais e homossexuais ainda é baixa, correspondendo a 0,7% e 1,2% da população. Quando essas distribuições são analisadas por sexo, percebe-se que a declaração de ser bissexual é maior entre as mulheres, ao passo em que a declaração de ser homossexual é maior entre os homens (PNS, 2019).

Entre as pessoas com maior nível de instrução e renda, o percentual de pessoas que se declararam



homossexuais ou bissexuais foi maior. Para aqueles com ensino superior, 3,2% se declararam homossexual ou bissexual – percentual significativamente maior do que os sem instrução ou com nível fundamental incompleto (0,5%) (IBGE, 2022).

**Tabela 1.** Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade, por sexo, segundo a orientação sexual - Brasil – 2019

Orientação sexual	Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade (%)		
	Total	Sexo	
		Homem	Mulher
Heterossexual	94,8	94,7	94,8
Bissexual	0,7	0,5	0,8
Homossexual	1,2	1,4	0,9
Outra orientação	0,1	0,0	0,1
Não sabe	1,1	1,1	1,1
Recusou-se responder	2,3	2,3	2,3

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

Para aqueles que se encontram nas duas classes de rendimento mais elevadas, os percentuais representativos de homossexuais ou bissexuais também foram maiores, sendo de 3,1% para os que moravam em domicílios cujo rendimento *per capita* era de mais de três a cinco salários mínimos; e de 3,5% para aqueles com mais de cinco salários mínimos de renda *per capita* (IBGE, 2022).

Esses resultados sugerem que pessoas com maior nível de instrução e renda possuem menos barreiras para declarar sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, possuindo menor temor quanto à homofobia e ao preconceito (Barros, 2022).

Nesse mesmo sentido, a **Tabela 2** apresenta algumas informações importantes. As declarações de homossexualidade e bissexualidade são maiores nas áreas urbanas e nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Destaca-se que a região Nordeste apresentou o menor percentual de declaração de homossexualidade e bissexualidade (1,5%), bem como as áreas rurais do Brasil (0,8%), com um percentual bem abaixo de declarações em comparação com as áreas urbanas (2%). Esses dados evidenciam um obstáculo à definição de políticas públicas para esse público alvo, ou seja, existem pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e em áreas mais pobres e que não podem ser identificadas, por meio de indicadores confiáveis. Isto denota um grande viés de subnotificação, tornando essa população praticamente invisível para ser considerada na formulação de ações de intervenção, como as políticas públicas.

Outro resultado importante observado em nível de Brasil é que nas capitais o percentual de pessoas declaradas homossexuais ou bissexuais foi de 2,8%, acima da média nacional (1,8%), destacando-se as cidades de Porto Alegre (5,1%), Natal (4,0%) e Macapá (3,9%) (IBGE, 2022). Esse resultado pode ocorrer pelo fato de que quanto menor o local em se vive, maior o receio do entrevistado de se declarar como homossexual ou bissexual e informar para outra pessoa a sua orientação sexual. Este receio está relacionado à sensação de constante vigilância das atividades cotidianas e relações pessoais, como se

**Tabela 2.** Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, Unidades da Federação e a situação do domicílio, segundo a orientação sexual - 2019

Grandes Regiões, Unidades da Federação e situação do domicílio	Distribuição das pessoas de 18 anos ou mais de idade (%)		
	Orientação sexual		
	Heterossexual	Homossexual ou Bissexual	Se recusou a responder ou não sabia
<b>Brasil</b>	<b>94,8</b>	<b>1,8</b>	<b>3,4</b>
Urbana	94,7	2,0	3,2
Rural	94,8	0,8	4,3
<b>Norte</b>	<b>93,4</b>	<b>1,9</b>	<b>4,7</b>
Rondonia	91,6	1,9	6,4
Acre	95,8	1,3	2,8
Amazonas	94,1	2,3	3,7
Roraima	96,6	1,5	1,9
Pará	92,4	1,9	5,7
Amapá	94,1	2,8	3,1
Tocantins	96,3	0,6	3,0
<b>Nordeste</b>	<b>95,2</b>	<b>1,5</b>	<b>3,2</b>
Maranhão	94,1	1,4	4,5
Piauí	91,9	1,7	6,3
Ceará	94,5	1,2	4,2
Rio Grande do Norte	93,8	1,8	4,4
Paraíba	96,8	1,5	1,8
Pernambuco	98,4	1,0	0,4
Alagoas	96,6	1,8	1,5
Sergipe	96,3	1,5	2,3
Bahia	94,4	1,8	3,8
<b>Sudeste</b>	<b>94,7</b>	<b>2,1</b>	<b>3,2</b>
Minas Gerais	95,7	1,4	2,8
Espírito Santo	97,4	1,4	1,2
Rio de Janeiro	94,8	2,3	2,8
São Paulo	94,0	2,3	3,6
<b>Sul</b>	<b>94,7</b>	<b>1,9</b>	<b>3,4</b>
Paraná	94,7	2,0	3,2
Santa Catarina	94,4	1,7	3,9
Rio Grande do Sul	94,8	1,9	3,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>94,8</b>	<b>1,7</b>	<b>3,5</b>
Mato Grosso do Sul	92,5	2,0	5,5
Mato Grosso	96,9	1,4	1,5
Goiás	95,7	1,2	3,1
Distrito Federal	92,2	2,9	4,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).



fosse uma espécie de fiscalização, e ao medo da discriminação e violência (Moretti-Pires; Vieira; Finkler, 2022). Esse problema tende a ser maior nas cidades

pequenas e nas áreas rurais, o que diminui a visibilidade desse grupo e aumenta a necessidade de políticas públicas direcionadas a ele.

## 5.2. Panorama da região Nordeste

Especificamente para o Nordeste, esse resultado se confirma. Por meio das **Tabelas 3 e 4**, a seguir, pode-se perceber que o percentual de declaração de homossexualidade e bissexualidade é maior nas capitais. Por meio da **Tabela 3**, nota-se que os estados com maior percentual de declaração foram o Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia, enquanto que os que apresentaram o menor percentual foram Pernambuco, Ceará e Maranhão.

Em relação às capitais, as que apresentaram maior percentual de declaração foram Natal, Aracaju e João Pessoa. Por outro lado, as capitais com menores percentuais foram Salvador, Fortaleza e São Luís. Estes resultados podem ser observados na **Tabela 4**, a seguir.

**Tabela 3.** Orientação sexual na região Nordeste (%)

Orientação/Localidade	Heterossexual	Homossexual/Bissexual	Recusou a responder/não sabia
Nordeste	95,2	1,5	3,2
Alagoas	96,6	1,8	4,4
Bahia	94,4	1,8	3,8
Rio Grande do Norte	93,8	1,8	4,4
Piauí	91,9	1,7	6,3
Paraíba	96,8	1,5	1,8
Sergipe	96,3	1,5	2,3
Maranhão	94,1	1,4	4,5
Ceará	94,5	1,2	4,2
Pernambuco	98,4	1,0	0,4

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

**Tabela 4.** Orientação sexual nas capitais do Nordeste (%)

Orientação/Localidade	Heterossexual	Homossexual/Bissexual	Recusou a responder/não sabia
Natal	93,0	4,0	2,9
Aracaju	94,2	3,5	2,3
João Pessoa	95,0	2,9	2,1
Teresina	92,4	2,6	4,8
Recife	97,2	2,5	0,3
Maceió	95,4	2,3	2,2
São Luís	96,7	1,8	1,5
Fortaleza	95,1	1,5	3,4
Salvador	96,6	1,5	1,9

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

## 5.3. Vulnerabilidade Socioeconômica da comunidade LGBTQIA+ no Brasil: uma análise sobre educação, renda e violência nas áreas rurais e urbanas a partir de dados da PNS (2019) e do Disk 100

### 5.3.1. O cenário nacional

A análise sobre o nível de escolaridade da população LGBTQIA+ no Brasil mostra um panorama diversificado, apontando para uma ampla gama de níveis educacionais dentro desta comunidade (Tabela 5).

Uma parcela relativamente pequena da população LGBTQIA+ (1,18%) não possui instrução formal, totalizando cerca de 35.400 indivíduos, com a maioria dos membros da comunidade possuindo algum nível de educação formal. Por exemplo, 7,98% possuem apenas o ensino fundamental incompleto ou equivalente, enquanto 6,15% completaram o ensino fundamental.

Apesar de constituir um pequeno grupo, a situação merece considerável atenção, por se tratar de um grupo com diferentes vulnerabilidades. Além das dificuldades tipicamente enfrentadas pela população LGBTQIA+, a parcela com menor escolaridade ainda tende a enfrentar desafios adicionais no acesso a oportunidades profissionais.

Por outro lado, um aspecto notável é a presença substancial de pessoas com ensino superior completo, representando 26,81% da população LGBTQIA+. Mesmo sendo positivo, o resultado não indica necessariamente um maior acesso à escolaridade desse grupo. O que parece ser mais factível, considerando a literatura e os dados disponíveis, é que pessoas LGBTQIA+ com maior nível de instrução tendem a se autodeclarar com maior frequência. O maior nível de escolaridade possibilita o desenvolvimento de capacidades e liberdades (Sen, 2000).

A distribuição da renda domiciliar *per capita* entre a população LGBTQIA+ no Brasil revela uma diversidade econômica significativa (Tabela 6).

De acordo com os dados, uma parcela considerável enfrenta condições financeiras desafiadoras: 6,67%

Tabela 5. Nível de escolaridade da população LGBTQIA+ no Brasil

Nível	Valor absoluto	Valor percentual
Sem instrução	35.400	1,18%
Fundamental incompleto ou equivalente	239.400	7,98%
Fundamental completo ou equivalente	184.500	6,15%
Médio incompleto ou equivalente	403.200	13,44%
Médio completo ou equivalente	955.500	31,85%
Superior incompleto ou equivalente	377.700	12,59%
Superior completo	804.300	26,81%

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

Tabela 6. Faixa de rendimento domiciliar per capita da população LGBTQIA+ no Brasil

Faixa	Valor absoluto	Valor percentual
Até ¼ salário mínimo	200.100	6,67%
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	273.000	9,10%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	761.400	25,38%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	800.100	26,67%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	362.400	12,08%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	320.100	10,67%
Mais de 5 salários mínimos	282.900	9,43%

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

vivem com até ¼ do salário mínimo e 9,10% com renda entre ¼ e ½ do salário mínimo, enquanto que 25,38% se encontram na faixa de renda de mais de ½ e até 1 salário mínimo.

No entanto, observa-se que parte substancial da comunidade LGBTQIA+ possui rendimentos mais elevados. Cerca de 26,67% possuem rendimento domiciliar *per capita* entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto 12,08% estão na faixa de 2 até 3 salários mínimos. Na maior faixa de renda, encontram-se 9,43%, possuindo rendimento domiciliar *per capita* superior a 5 salários mínimos.

Essa diversidade econômica destaca a importância de políticas sociais inclusivas e programas de apoio



para garantir que todos os membros da comunidade LGBTQIA+ tenham acesso a recursos e oportunidades necessárias para uma vida digna e próspera. As discrepâncias na renda também podem estar associadas a diferenças regionais.

Em conjunto com o nível de escolaridade e a faixa de rendimento, outro indicador social de grande importância é a taxa de criminalidade (**Tabela 7**), que neste trabalho será aferida pelo número de denúncias contra/pela LGBTQIA+.

O número de denúncias desempenha um importante papel como *proxy* para entender o quanto a população LGBTQIA+ pode estar vulnerável à violência.

A partir desse indicador, torna-se possível medir a frequência de certos tipos de incidentes ou violações, como discriminação e violência.

De maneira geral, o que se observa é uma significativa diferença em relação aos estados. Quando se considera o número acumulado de denúncias notificadas, os estados da região Nordeste estão entre os primeiros, destacando-se a Paraíba, o Pernambuco e o Rio Grande do Norte. Apesar de um grande número de denúncias indicar um maior nível de violência sofrida, é importante analisar melhor esse indicador. Já que o aumento no número de denúncias também pode ser reflexo da conscientização e da confiança crescentes no sistema de denúncias.

**Tabela 7.** Número de denúncias LGBTQIA+ no Brasil

UF	Denúncias por 100 mil habitantes								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
AC	0,27	1,36	0,55	0,95	0,41	0,68	0,14	0,27	0
AL	0,54	2,02	0,51	1,51	0,51	0,64	0,96	0,51	0,54
AP	0,37	1,72	0,95	0,26	0,60	0,46	0,63	0,69	0,27
AM	0,00	0,90	0,60	0,30	0,30	0,45	0,15	0,15	0,12
BA	0,67	1,38	0,81	0,35	0,55	0,65	0,51	0,46	0,32
CE	0,75	1,69	0,90	0,33	0,90	0,75	1,27	0,56	0,34
DF	1,75	9,18	2,33	1,52	1,52	1,79	2,02	1,52	0,70
ES	0,68	2,08	1,42	0,74	0,97	0,71	0,88	0,46	0,57
GO	0,43	1,85	1,05	0,70	0,78	0,72	0,75	0,88	1,24
MA	1,02	1,60	0,59	0,29	0,29	0,56	0,46	0,27	0,27
MT	0,50	1,27	0,74	0,37	0,41	0,49	0,60	0,53	0,27
MS	0,53	1,80	0,86	0,53	0,65	0,49	0,82	0,49	0,29
MG	0,23	4,05	0,56	0,16	0,49	0,49	0,66	0,72	0,20
PA	0,47	1,29	0,47	0,32	0,34	0,33	0,45	0,38	0,10
PB	0,74	2,52	1,57	1,22	1,06	1,17	1,22	1,46	0,85
PR	0,59	1,24	0,70	0,35	0,53	0,64	0,70	0,57	0,32
PE	3,43	2,12	3,34	1,22	0,93	0,74	0,67	0,77	0,31
PI	0,65	1,73	0,70	0,55	0,51	0,44	0,56	0,44	0,30
RJ	0,51	1,61	1,16	0,48	0,69	0,76	1,13	0,90	0,57
RN	0,69	2,27	1,48	0,82	1,01	0,88	0,73	0,73	0,29
RS	0,13	0,83	0,51	0,45	0,13	0,19	0,45	0,64	0,11
RO	0,00	1,55	0,44	0,00	0,89	0,00	0,44	0,44	0
RR	0,54	1,87	0,77	0,47	0,41	0,47	0,43	0,48	0,23
SC	0,40	0,93	0,56	0,24	0,37	0,40	0,38	0,42	0,24
SP	0,34	1,50	0,63	0,48	0,44	0,39	0,58	0,48	0,09
SE	0,48	0,98	0,78	0,61	0,58	0,67	0,63	0,66	0,49
TO	0,51	1,08	0,43	0,14	0,07	0,29	0,87	0,51	0,06

Fonte: Disque 100.



Em relação ao número de mortes violentas no Brasil, há um aumento acentuado até o ano de 2017 (Figura 1). Após essa data, o que se verifica é uma redução no número de mortes violentas reportadas, com exceção de 2021, um ano de acentuada elevação.

Mesmo com a redução ao longo do tempo, em comparação a 2017, percebe-se que os números ainda são bastante elevados, principalmente quando se considera a alta subnotificação desses valores.

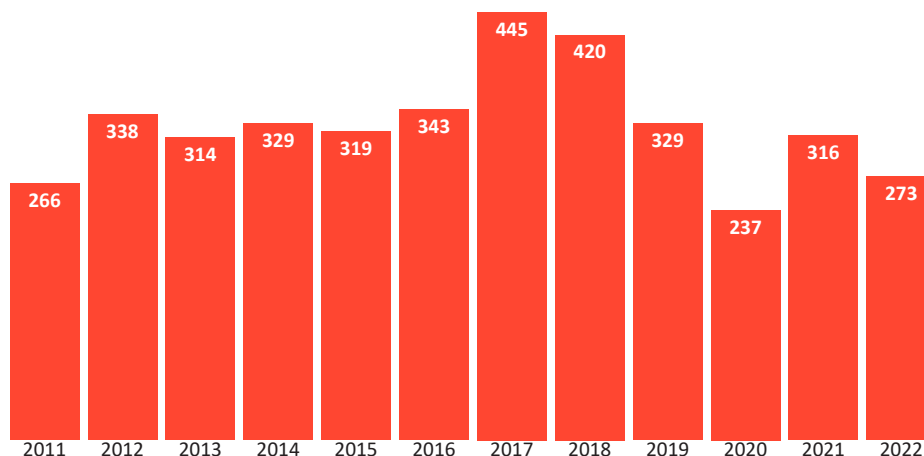


Figura 1. Mortes violentas da população LGBTQIA+ no Brasil.

Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022.

### 5.3.2. O cenário nordestino

A região Nordeste é a que apresenta menor percentual da população que se declara homossexual ou bissexual, de apenas 1,5%. Segundo o IBGE, esse número pode estar subnotificado, principalmente por causa do estigma e do preconceito por parte da sociedade, fatores que podem fazer com que as pessoas não se sintam seguras em declarar a própria orientação sexual. Outros fatores que afetam a subnotificação são a educação e a renda, já que, quanto mais baixas forem, menos segurança as pessoas terão para a autoafirmação da sua identidade. De acordo com Dantas (2020), a cultura heteropatriarcal e racista, forte característica da formação social brasileira e, especialmente, da nordestina, aumenta as contradições da realidade de violência vivenciadas por mulheres, LGBT e negros(as) nessa realidade.

Na Tabela 8, adiante, é possível visualizar informações sobre o nível de escolaridade da população LGBTQIA+. Nota-se que a maior parte da população possui ensino médio completo, de 33,12% e que um

percentual elevado da população possui nível de escolaridade abaixo do ensino médio, de 68,78%. Apenas 18,70% possui ensino superior completo. Esta informação pode dar subsídios para entender o porquê do percentual da população que se autoidentifica como homossexual ou bissexual é tão baixo no Nordeste, sendo o menor do Brasil. A educação é importante não somente para melhorar as perspectivas profissionais, a renda, a autoestima das pessoas que pertence à comunidade LGBTQIA+, mas também para diminuir a opressão social, o preconceito e discriminação quanto às dissidências sexuais e de gênero.

É importante destacar também que, por meio da melhoria da educação, passa a haver estímulo para que as pessoas, principalmente os jovens, pensem em como podem se posicionar melhor no mercado de trabalho, conceber negócios que lhes permitam ter uma renda e, assim, permanecer em suas regiões, reconhecendo nisso uma oportunidade e refutando a necessidade de migração como única alternativa possível (Souza et al., 2022).

**Tabela 8.** Nível de escolaridade da população LGBTQIA+ no Nordeste

Nível	Valor absoluto	Valor percentual
Sem instrução	19.549	2,98%
Fundamental incompleto ou equivalente	102.598	15,64%
Fundamental completo ou equivalente	38.638	5,89%
Médio incompleto ou equivalente	73.144	11,15%
Médio completo ou equivalente	217.267	33,12%
Superior incompleto ou equivalente	82.131	12,52%
Superior completo	122.672	18,70%

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

Em relação à renda **Tabela 9**, adiante, nota-se que a população LGBTQIA+, no Nordeste, é bem vulnerável, com aproximadamente 70% da população recebendo até um salário mínimo; 26,5% da população recebe entre 1 e 5 salários mínimos; e apenas 3,95% recebe mais de 5 salários. Esta situação é preocupante, pois tende a se tornar um círculo vicioso, ou seja, a população LGBTQIA+, em uma situação de vulnerabilidade, tende a se camuflar para fugir do preconceito e da violência, o que, como já pontuado, aumenta a subnotificação e diminui a visibilidade desta população para as políticas públicas.

Kalume, Itaborahy e Moreira (2016) chamam a atenção para o problema da pobreza na população LGBTQIA+. Segundo os autores, as pessoas LGBTQIA+ vivem realidades diferentes e são mais propensas a estar em situação de pobreza do que as pessoas que não compõem este grupo. Os principais fatores que influenciam esta vulnerabilidade socioeconômica são: o acesso limitado a oportunidades de emprego e/ou a discriminação no ambiente de trabalho, a falta de apoio familiar e a discriminação ou perfil inadequado junto a instituições bancárias/financeiras (Itaborahy, 2015). Portanto, as políticas que buscam melhorar as condições de vida da população LGBTQIA+ devem, primordialmente, focar na melhoria da educação e da profissionalização, para que favoreçam o aumento da renda, além da diminuição da restrição ao crédito, investimento em tecnologias sociais e incentivo a programas de empreendedorismo.

**Tabela 9.** Faixa de rendimento domiciliar per capita da população LGBTQIA+ no Nordeste

Faixa	Valor absoluto	Valor percentual
Até ¼ salário mínimo	94.923	14,47%
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	132.578	20,21%
Mais de ½ até 1 salário mínimo	228.813	34,88%
Mais de 1 até 2 salários mínimos	101.877	15,53%
Mais de 2 até 3 salários mínimos	38.770	5,91%
Mais de 3 até 5 salários mínimos	33.194	5,06%
Mais de 5 salários mínimos	25.912	3,95%

Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde (2019).

Na intenção de analisar suas principais expressões de violência no Nordeste, realiza-se a análise dos dados sobre violência física, psicológica e morte violenta. Nas **Tabelas 10 e 11**, a seguir, são apresentados números sobre violência física e psicológica sofrida pela população LGBTQIA+. Nota-se, pelas duas Tabelas, que os registros são elevados para o Nordeste como um todo. De acordo com Dantas (2020), esta região, em comparação com as demais, tem liderado o *ranking* de violência contra o grupo LGBT durante anos.

Por meio dos dados de ambas as Tabelas também se pode perceber que o ano que mais chama atenção é o de 2012. Apesar de não ser possível estabelecer uma relação causal, indicando a causa de esse ano possuir maior número de casos de violência física e psicológica, pode-se apontar a ampliação do atendimento do Disque 100<sup>2</sup> (passou a atender 24 horas por dia) e o maior conhecimento das vítimas acerca deste serviço.

Sendo assim, a população LGBTQIA+, que vive em situação de vulnerabilidade e constante ameaça, se vê num cenário ainda mais complexo. Portanto, é essencial pensar políticas, que em momentos de crise econômica possam auxiliar essa população e amenizar o seu sofrimento.

2 “Disque 100, o número da cidadania”. Link: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/02/disque-100-o-numero-da-cidadania/>.

Em se tratando da violência física, no ano de 2017, que foi o último ano com dados disponíveis, o Nordeste apresentou um total de 279 casos. O Maranhão é, de longe, o estado com maior número de registros, 82, seguido pela Bahia, com 47, e Pernambuco, com 40. Por outro lado, o estado que apresentou o menor número foi o Piauí, com 7 registros.

Quando se observam os dados sobre violência psicológica contra a população LGBTQIA+, os números se comportam de maneira semelhante aos de violência física. Em 2017, o Maranhão se destaca com maior número de registros, 166, seguido pelo Ceará, com 106 e Pernambuco, com 101.

Por fim, na **Tabela 12**, são apresentadas informações sobre mortes violentas no Nordeste. O estado

com maior número de mortes registradas no ano de 2022 é o Ceará, com um total de 34. Na sequência, aparece o Pernambuco, com 19. Em terceira posição, vem o Maranhão, com registro de 15 mortes.

Dito isto, importa lembrar que o Nordeste foi campeão regional no país em quantidade de assassinatos de LGBTQIA+ durante décadas, e depois ficou em segundo lugar. Apenas em 2017 é que desceu para terceira posição no ranking brasileiro. Já em 2019, apesar da redução no total de casos no Brasil e no próprio Nordeste, esta região volta a assumir a dianteira do *ranking*. Com os dados disponíveis não é possível prever a causa para essas oscilações.

Por meio da **Figura 2**, a seguir, pode-se visualizar no mapa como os números sobre as mortes violentas

**Tabela 10.** Casos de violência física sobre população LGBTQIA+ no Nordeste

UF	Total de denúncias						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	213	392	217	106	156	176	279
Alagoas	11	41	7	26	3	13	18
Bahia	52	84	46	17	35	40	47
Ceará	41	82	47	8	30	28	82
Maranhão	45	41	19	7	6	21	20
Paraíba	13	32	33	8	22	21	29
Pernambuco	25	53	13	10	13	31	40
Piauí	18	24	25	13	24	6	7
Rio Grande do Norte	7	26	24	13	20	10	22
Sergipe	1	9	3	4	3	6	14

Fonte: Disque 100.

**Tabela 11.** Casos de violência psicológica sobre população LGBTQIA+ no Nordeste

UF	Total de denúncias						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	629	1662	1049	559	659	609	646
Alagoas	22	130	29	99	31	28	46
Bahia	111	367	224	94	161	139	106
Ceará	91	291	160	45	139	106	166
Maranhão	102	189	79	42	33	74	59
Paraíba	45	185	120	74	83	73	67
Pernambuco	80	209	115	58	68	91	101
Piauí	134	134	202	74	74	44	43
Rio Grande do Norte	33	151	86	49	49	48	46
Sergipe	11	6	34	24	21	6	12

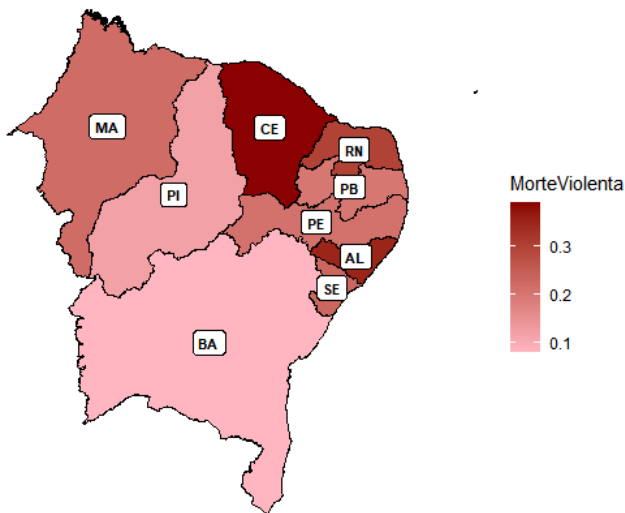
Fonte: Disque 100.



**Tabela 12.** Mortes violentas população LGBTQIA+ no Nordeste, em 2022

Localidade	Valor Absoluto	Valor por 100 mil habitantes
Nordeste	118	0,22
Alagoas	11	0,35
Bahia	12	0,08
Ceará	34	0,39
Maranhão	15	0,22
Paraíba	8	0,20
Pernambuco	19	0,21
Piauí	4	0,12
Rio Grande do Norte	10	0,30
Sergipe	5	0,23

Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022.



**Figura 2.** Mortes violentas de LGBTQIA+ no Nordeste (por 100 mil habitantes).

Fonte: Acontece LGBTI+, Grupo Gay da Bahia, Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, 2022.

na população LGBTQIA+ se comportam entre os estados do Nordeste. Percebe-se que no estado do Ceará se concentra a maior quantidade de registros de mortes.

Diante do exposto, fica clara a existência de diversas variações da violência que implicam limitações à vivência e à expressão da diversidade humana para a população LGBTQIA+. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o estudo da violência sobre a esse grupo deve considerar sua “múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entres suas diversas manifestações e dimensões”

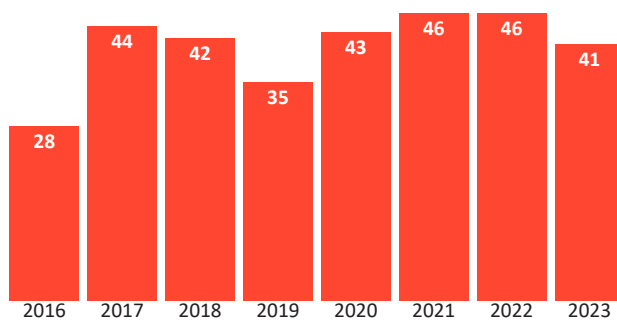
(Behring; Boschetti, 2011, p. 38), já que a análise deste tema permite enxergar os elos que ligam o problema específico da opressão cotidiana que é sofrida com os mecanismos mais gerais de reprodução da desigualdade e da injustiça na sociedade (Okita, 2007, p. 13).

### 5.3.3. O cenário do semiárido mineiro

Conforme discutido nas seções anteriores, as dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ são enormes, particularmente no contexto do Nordeste, o que pode ser ainda mais desafiador quando se trata da região semiárida, sujeitas a dificuldades socioeconômicas ainda maiores, em função dos desafios impostos pelo clima. Para elucidar os problemas enfrentados pela comunidade em toda a região semiárida, foram analisadas informações sobre registros de crimes motivados por LGBTQIA+ para o semiárido de Minas, que é a única região do semiárido no Brasil a possuir informações sobre violência contra pessoas LGBTQIA+, as quais estão disponíveis na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Esse cenário é também o que mais se aproxima da realidade vivida no semiárido do Nordeste, permitindo assim, obter um melhor entendimento sobre a violência enfrentada por esta comunidade que vive neste tipo de bioma.

A **Figura 3** mostra que os anos recentes, 2021 e 2022, apresentam os maiores registros de crimes motivados por LGBTQIA+fobia. A conjuntura não aponta um cenário favorável para a comunidade, em toda a sua diversidade, mas estes dados mostram que o referido grupo juntamente com outras minorias, como as mulheres, os negros e os indígenas, não têm garantias de segurança, apoio e acolhimento.

A luta coletiva pelos direitos humanos tem a capacidade de transformar a realidade, sendo extremamente necessária no combate à LGBTQIA+fobia. É preciso que essa população se torne mais visível, de forma a possibilitar a instituição de políticas públicas efetivas, para que se promova a conscientização e o combate à discriminação.



**Figura 3.** Registro de crimes motivados por LGBTQIA+ fobia no semiárido mineiro.  
Fonte: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).





## 6. REVELANDO CAMINHOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FORMAÇÃO DE JOVENS EM EMPREENDEDORISMO RURAL (PJER) NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE

**F**undada em 2007, em Pentecoste, município cearense, a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL) tem como objetivo promover o empreendedorismo e o protagonismo social de jovens e agricultores rurais, por meio da capacitação para desenvolver seus próprios negócios e se tornarem empreendedores, gerando assim, incentivos para que permaneçam no território onde nasceram (ADEL, 2022). Por meio destas ações, a ADEL contribui para o desenvolvimento local de comunidades rurais no Sertão do Nordeste brasileiro.

A ADEL desenvolveu uma metodologia que segue o modelo proposto pela pedagogia da alternância, o Programa de Formação de Jovens Empreendedores Rurais (PJER). O PJER consiste em um tipo de tecnologia social e realiza formação e financiamento de jovens na região do Semiárido. As ações do PJER foram motivadas para solucionar o problema de jovens com poucas perspectivas financeiras para permanecer na região semiárida cearense, afetada pelo grave problema do êxodo rural.

Hoje, a entidade é reconhecida pela criação desta tecnologia social de desenvolvimento local endógeno, que é premiada nacional e internacionalmente, sustentada por uma metodologia madura e bem definida, voltada para a criação de oportunidades para

o desenvolvimento de empreendimentos rurais por jovens empreendedores, conforme apresentado em Souza et al. (2015).

O objetivo principal do PJER é apoiar, preparar e incentivar os jovens para que eles sejam capazes de planejar e conceber os seus próprios negócios que lhes permitam ter uma renda e melhores perspectivas sobre o futuro, evitando assim, a migração como única alternativa possível. Portanto, a ADEL, por meio do PJER, busca dar apoio aos agricultores familiares e jovens para que possam empreender e permanecer na região (Souza et al., 2015 e Souza et al., 2022). Para ambos os públicos beneficiados, o suporte que é oferecido pela ADEL pode ser esquematizado a partir de 4 componentes, quais sejam, o conhecimento, crédito, redes e tecnologia, conforme aparece na **Figura 4**.

O PJER oferece uma formação que compreende períodos de convivência dentro de um centro de formação na área rural e períodos nos quais os jovens retornam às suas comunidades para aplicar o que aprenderam no centro. Este processo se repete até que a formação seja completa, depois de seis meses. No centro de formação os jovens aprenderão sobre empreendedorismo, além de realizarem atividades em grupo para estimular a cooperação e o associativismo (Souza et al., 2015).



**Figura 4.** Suporte oferecido pela ADEL.

Fonte: ADEL, s.d. Disponível em: <https://www.adel.org.br/>.

A ADEL devido ao êxito alcançado com seus programas e projetos desenvolvidos, tem sido convidada, por instituições ligadas ao desenvolvimento social, a expandir suas ações em outros territórios. Porém, é neste processo de expansão que se encontra um dos grandes desafios: como replicar, com êxito, a metodologia da ADEL em outros contextos e com outros públicos. Sendo esta, portanto, uma das grandes questões na área de inovação social, ou seja, como difundir e replicar projetos de sucesso em contextos distintos?

Diante desta problemática sobre a permanência dos jovens no Semiárido e da adaptação do PJER a outras realidades e públicos, surge uma outra questão, que tem sido muito debatida e a ser tratada, que é o êxodo rural de jovens da população LGBTQIA+. De acordo com Souza et al. (2022), o êxodo rural de jovens só vem aumentando, considerando várias décadas. Entre os principais motivos para os jovens abandonarem as áreas rurais, está a falta de oportunidades, renda e perspectivas profissionais. Para o jovem que pertence à comunidade LGBTQIA+, o problema é ainda maior, pois enfrentam a opressão social, o preconceito e a discriminação quanto às diferenças sexuais e de gênero.

Sendo assim, a ênfase da presente seção está em compreender, além do que o PJER faz e por que, como o Programa foi adaptado para atender as necessidades do público LGBTQIA+ no semiárido do Nordeste do Brasil, e como o comportamento muda

quando os indivíduos respondem ao Programa, bem como os principais desafios e experiências aprendidas com PJER Diversidade, realizado em Pentecostes no Ceará. O alcance desse objetivo exige estudo sobre o estado presente do Programa, as experiências passadas, o ambiente atual e como estes fatores se relacionam uns com os outros.

Em 2019, a ADEL lançou a edição do programa PJER Diversidade, que foi desenhada para integrar o público LGBTQIA+, a partir da contemplação de um edital que previa o suporte a tais iniciativas. O PJER Diversidade teve como objetivo o desenvolvimento de empreendimentos dos jovens LGBTQIA+ da região de Pentecoste e outros quatro municípios vizinhos. A seleção previa a participação de 25 jovens, e os contatos com lideranças, associações e coletivos LGBTQIA+ dessas localidades que propiciaram a divulgação do edital. Aurigele, conhecedora das dificuldades enfrentadas pela comunidade beneficiada nesta edição do Programa, foi a liderança que ficou à frente da formação ofertada (Souza et al., 2022).

O relato da Coordenadora do PJER Diversidade no estudo de Souza et al. (2022) evidencia as principais dificuldades vivenciadas pelos atores que participaram do programa e o que os leva a deixar a sua região:

E aí, a gente percebe que essa migração é resultado dessa forte pressão, do preconceito e de todos os problemas já conhecidos. Quando a gente olha e ajusta o

ângulo para ver essa população, a gente percebe que são importantes atores dentro do processo de desenvolvimento: são pessoas que têm múltiplas capacidades, vários talentos e que, por falta de oportunidade, de acolhimento, de incentivo e de apoio, essas pessoas acabam se submetendo a condições de vida que ampliam a vulnerabilidade delas. Sobretudo quando elas saem do interior do estado, onde nasceram e se criaram; onde, minimamente, têm uma rede de proteção, que é a família. Quando essa pessoa sai, quando ela vai embora, ela perde até isso. Porque ela chega em uma Fortaleza (capital do Ceará), ela vai morar em um bairro periférico, ela não vai conseguir emprego. Sobretudo, se ela for da população “T”, em que o preconceito é muito mais acirrado, é muito mais visível. As portas continuam fechadas – ou no interior de onde ela saiu ou aonde ela chegou – porque o preconceito está escancarado. E, no contexto atual, isso é muito mais notório. (Aurigele, Coordenadora do PJER Diversidade) (Aurigele, Coordenadora do PJER Diversidade) (Souza et al., 2022, p. 3).


Considerando este contexto de necessidade de apoio para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, de acordo com Celso Furtado (1984), o desenvolvimento é um processo de transformação do mundo que é realizado pelo homem, com a intenção de atender às suas necessidades. Para que esse processo ocorra, os seres humanos e as sociedades precisam elevar o seu potencial de inovação, para alcançar as transformações esperadas. Segundo Rutherford (1997), há vários fatores que podem levar ao crescimento e ao desenvolvimento econômico. Seguindo essa ideia de múltiplas dimensões que conduzem ao desenvolvimento, Fatás e Mihov (2009) analisaram os fatores econômicos e institucionais que levam a um maior crescimento econômico, que são os chamados 4Is do crescimento econômico, os quais permitem dar embasamento teórico para a metodologia adotada pelo PJER que busca oferecer acesso a conhecimento, crédito, redes e tecnologia aos jovens beneficiários do Programa.

De acordo com Fatás e Mihov (2009), os 4Is estão interligados: condições iniciais, investimento, inovação e instituições. Desta forma, inserindo esta pers-

pectiva dos 4Is do crescimento econômico no contexto do PJER, pode-se constatar que as regiões mais pobres, que estão mais distantes da fronteira tecnológica, a região semiárida do Nordeste Rural, têm boas oportunidades de crescimento e investimentos, pois a sua condição inicial gera boas oportunidades, o que permite um crescimento maior no estágio inicial. O investimento realizado nessas regiões traz mais conhecimento, por meio do oferecimento do curso de formação em empreendedorismo e gestão, maior acesso de crédito e assessorias técnicas (os CITs), o que, por sua vez, permite a incorporação de tecnologia aos processos de produção e relações comerciais, gerando assim a inovação e, por consequência, mais valor e melhorias da condição inicial. Por fim, os investimentos são realizados e consolidados quando há instituições que os facilitem, o que se dará por meio do apoio para a formação de redes, associações e cooperativas. Essa perspectiva dos 4Is do crescimento econômico vai ao encontro da metodologia do PJER e, especificamente, do PJER Diversidade, as quais são baseadas nos 4 tipos de suportes que são oferecidos aos beneficiários, conhecimento, crédito, rede e tecnologia.

Após analisar a realidade das comunidades rurais pobres LGBTQIA+ da região Semiárida do país, por meio de pesquisas realizadas com este público, pôde-se perceber as suas principais necessidades e os condicionantes que impedem seu desenvolvimento. Neste contexto, torna-se importante a implementação de ações que possam conduzir a melhorias no capital humano, social e físico. Isto pode, inclusive, gerar um efeito intergeracional, melhorando, assim, a perspectiva de vida da atual e de futuras gerações, fazendo com que os jovens visualizem melhores oportunidades no semiárido, sejam empreendedores, gerem renda e permaneçam na região.

Assim, o PJER Diversidade tem sido um caso de sucesso no Nordeste brasileiro, pois permitiu a seleção de jovens com expectativas empreendedoras para a região. O interesse pela formação foi amplo e permitiu melhoria na capacitação para desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais, com aumento da rentabilidade dos empreendimentos rurais



apoiados, formação dos jovens, a partir de técnicas de empreendedorismo e gestão de negócios rurais, assessoramento de negócios de jovens rurais e formação de redes de jovens rurais para fortalecimento dos empreendimentos rurais (Souza et al., 2015; Souza et al., 2022).

Para que o Programa alcançasse êxito, conforme destacado por Souza et al. (2022, p. 7), “(...) foram necessárias adequações de modo que a vivência e a aprendizagem estivessem alinhadas não apenas ao contexto geográfico, mas também ao contexto social e ao público LGBTQIA+ e suas demandas particulares”. Os resultados positivos ficam evidentes, por meio de depoimentos de participantes, e mostram como é importante possibilitar meios para desenvolvimento das potencialidades das pessoas e de suas ideias de negócios:

Então, essa oportunidade de você poder entender que você tem capacidade, que você tem potencial, como qualquer pessoa cis, branca, padrão, é muito transformador! Me empoderou assim, ó...Tu imagina, te dão uma oportunidade de aprender a empreender e ainda dá uma linha de crédito para você... sabe? É surreal! (risos). (Jovem participante da primeira turma do PJER Diversidade) (...) o quanto eu evoluí depois do PJER... Porque a minha mentalidade era outra em relação ao mundo, ao empreendedorismo, em relação ao movimento e, agora, é outra, assim, de aprimoramento e tudo o mais. (Jovem participante da primeira turma do PJER Diversidade) (Souza et al., 2022, p. 8).

Muitos desafios se fazem presentes quando se trata da definição de Programas sociais voltados para atender a comunidade LGBTQIA+. Primeiramente, destaca-se a escassez de dados que identifiquem este público, pois, quando existe o banco de dados, é frequente o problema da subnotificação das pessoas em se declararam homossexual ou bissexual. Este problema dificulta o conhecimento da real situação desse grupo e suas vulnerabilidades, já que, conforme apontado por Souza (2007), o que torna um problema visível às políticas públicas é a divulgação de indicadores que mostram a sua dimensão. Assim, existe a necessidade de mais pesquisas para

melhor identificar e definir o perfil socioeconômico da comunidade LGBTQIA+, principalmente, nas áreas rurais e do semiárido do Brasil.

Outras questões são consideradas desafios, como a conjugação de fatores de discriminação que intensificam a complexidade do problema, como a homofobia e a segregação por fatores étnicos/raciais, por exemplo. Por isso, há a necessidade de ampliar as possibilidades de inclusão social, desenvolvendo a ideia ampla de que os jovens podem empreender naquilo que quiserem, não importando a condição social, de raça/etnia, cultura, orientação sexual, identidade ou expressão de gênero; basta que tenham suporte e dedicação para o alcance dos seus objetivos. A inclusão social se torna muito complexa num cenário de diversidade socioeconômica e cultural tão abrangente como no Brasil.

Além de todos os problemas enfrentados como a falta de oportunidades, o preconceito, a falta de conhecimento e acesso a tecnologias, outro problema percebido nesses jovens é a baixa autoestima. Conforme destacado pela coordenadora do PJER Diversidade, a maioria dos jovens não consegue se enxergar sendo o proprietário ou proprietária de sua própria empresa. Então, um ponto importante a trabalhar com essa população é buscar melhorar a autoestima e fazer os jovens acreditarem que eles podem empreender e ter sucesso (Souza et al., 2022).

Por fim, outro grande desafio apontado por Souza et al. (2022) é a melhor compreensão de como uma tecnologia social já existente como o PJER pode ser adaptada para públicos e contextos diferentes, já que vários fatores complicadores vão surgindo na implementação. Na formação da primeira turma do PJER Diversidade houve a necessidade de adequação da metodologia utilizada correntemente em turmas do PJER – tornando-se mais voltadas para o público LGBTQIA+, considerando os desafios sociais de aceitação e acesso a direitos que esse grupo enfrenta no contexto onde habita. Como exemplo de adaptação, que teve que ser realizada no PJER Diversidade, tem-se a exclusão da exigência de conclusão do ensino básico para participação no programa.

Com essa exclusão, foi possível ampliar a inclusão e atingir as pessoas mais desfavorecidas e vulneráveis, levando-se em consideração a realidade socioeconômica da região.

Esses desafios de adequação da implementação persistem à medida que mudanças sociais vão ocorrendo. Porém, cabe destacar que este é um curso normal e esperado no desenvolvimento de uma política pública, já que muitos problemas só vão aparecer no momento da execução, conforme afirma Souza (2007). São problemas sem solução pré-definida.

Por fim, a principal lição aprendida neste estudo de caso de Pentecostes no Ceará é que existe uma tecnologia social disponível, uma metodologia de um programa de formação já consagrada, baseada numa teoria causal válida e que tem gerado resultados positivos. Todavia, para que sua implementação possa ser difundida e aplicada em outras áreas com êxito, são necessárias adaptações e reconfigurações que considerem um dado contexto ou público, como o caso dos jovens da comunidade LGBTQIA+, e, mais especificamente, aqueles que vivem no semiárido rural brasileiro, com todas as suas especificidades.





## 7. CONCLUSÃO

O presente estudo tem como proposta oferecer uma visão abrangente e detalhada das realidades enfrentadas pela população LGBTQIA+, principalmente em um contexto de raros trabalhos a respeito da situação socioeconômica dessa população.

Com base na análise dos dados disponíveis e do estudo de caso para as áreas rurais do semiárido do nordeste, pôde-se constatar que a população LGBTQIA+ apresenta vulnerabilidades socioeconômicas e que os níveis de violência e marginalização ainda são elevados. Para que se possa avançar nesta condição, é necessário, primeiramente, tornar esta comunidade mais visível aos programas sociais, ou seja, fomentar pesquisas de campo capaz de identificar e traçar um perfil mais fidedigno da população LGBTQIA+, principalmente, nas áreas de maior vulnerabilidade, como semiárido rural do Nordeste. Como segundo passo, é importante investir em capacitação e possibilidades de geração de renda, o que vai ao encontro da metodologia do PJER e tem o respaldo teórico da abordagem das capacitações e da Teoria dos 4 I's do crescimento econômico, confirmando a importância de se investir em conhecimento, crédito, redes e tecnologias. Uma vez replicada a metodologia PJER para o público LGBTQIA+ no semiárido rural, é importante que os programas observem e conheçam as especificidades e vulnerabilidades para que se possa proporcionar um bom acolhimento e inclusão. Por fim, constatou-se no estudo de caso que é importante trabalhar com as questões psicossociais para fortalecer a autoestima

e empoderar os membros deste grupo, para que possam de fato acreditar que podem se tornar empreendedores e gerar sua própria renda de forma sustentável, sem necessidade de abandonar o semiárido.

Desta forma, ao observar a realidade das comunidades rurais pobres LGBTQIA+ da região Semiárida do país, busca-se realizar ações que conduzam a melhorias no capital humano, social e físico, o que pode inclusive gerar um efeito intergeracional, melhorando, assim, a perspectiva de vida da atual e de futuras gerações, fazendo com que os jovens visualizem melhores oportunidades no semiárido, sejam empreendedores, gerem renda e permaneçam na região.

Por fim, é importante destacar que o conhecimento sobre o perfil da população LGBTQIA+ em relação aos aspectos de educação, renda, saúde e bem-estar é um passo fundamental para avançar na identificação e superação de desafios significativos. Um desses desafios consiste no reconhecimento da diversidade dentro da comunidade LGBTQIA+, o que leva à necessidade de se adotar abordagens inclusivas em políticas e programas sociais. Além disso, há a necessidade de se promover a conscientização, o combate à discriminação e a criação de espaços seguros e acolhedores, os quais são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e inclusiva para toda a população, independentemente de orientação sexual, identidade ou expressão de gênero.



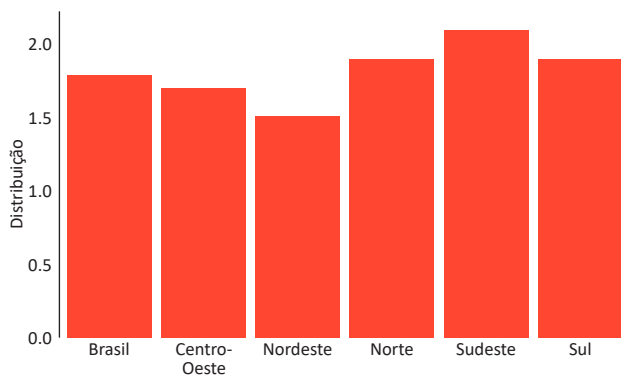
## Referências

- ADEL. Agência de Desenvolvimento Econômico Local. Disponível em: <http://www.adel.org.br>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- ALBUQUERQUE, G. A. et al. Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, set. 2013.
- AMARANTE, N. F. **O certo pelo certo e o errado será cobrado?**: Narrativas políticas do Sindicato do Crime do RN. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.
- BARROS, A. **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declaram homossexuais ou bissexuais em 2019**. Agência IBGE. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).
- BROWNE, K. **Beyond rural idylls: Imperfect lesbian utopias at Michigan women's music festival**. *JouBRASIL*. Ministério da Saúde. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais. Ministério da Saúde. Brasília, DF: MS, 2012. *Journal of Rural Studies*, 27, 2011, pp.13-23. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2010.08.001>
- CAMPETTI, P.H.M., Diferentes metodologias para a avaliação de políticas em saúde mental no Brasil e no mundo: uma revisão teórica. **J. bras. econ. saúde**, p 263 – 270, 2019. Disponível em: <http://www.jbes.com.br/images/v11n3/263.pdf>.
- DANTAS, M. H. **Sobreviventes! Violência contra LGBT no Nordeste brasileiro**. 2020. 181f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.
- DAVIDSON, L.; RIDGWAY, P.; WIELAND, M.; O'CONNELL, M. A Capabilities Approach to Mental Health Transformation: A Conceptual Framework for the Recovery Era. **Canadian Journal of Community Mental Health**, v. 28, n. 2, p. 35-46, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.7870/cjcmh-2009-0021>
- FATÁS, A.; MIHOV I. **The 4 I's of Economic Growth**. INSEAD Working Papers – The Business School for the World. 2009.
- FELLOWS, W. **Farm boys: Lives of gay men from the rural Midwest**. Madison, WI, University of Wisconsin Press, 2001.
- Ferreira, V., & Sacramento, I. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i2.1826>
- FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GREEN, J. **"Mais amor e mais tesão": a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis**. *cadernos pagu* (15), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p.271- 295, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE Notícias – **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2022. Disponível



- em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: ciclos de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 139 p.
- KALUME, C. C.; ITABORAHY, L. P.; MOREIRA, J. C. C. **Vulnerabilidades socioeconômicas de pessoas LGBT no Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <https://mrifoundation.global/wp-content/uploads/2017/05/Vulnerabilidades-socioecon%C3%B4micas-de-pessoas-LGBT-no-Rio-de-Janeiro-artigo-completo.pdf>.
- LANZI, D. Capabilities, human capital and education. **The Journal of Socio-Economics**, v. 36, n. 3, p. 424-435, 2007. Disponível em: [DOI:10.1016/j.socec.2006.12.005](https://doi.org/10.1016/j.socec.2006.12.005).
- MARSIAJ, J. P. Gays ricos e bichas pobres: Desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v.10 n. 18/19, p. 133-145, 2013.
- MARTINS, J. P.; SANTOS, G. P. **Metodologia da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Grupo Palestra, 2003.
- MORETTI-PIRES, R. O.; VIEIRA, M.; FINKLER, M. Violência simbólica na experiência de estudantes universitários LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 31, p. e200662pt, 2022.
- MOSANER, M. S. Pobreza infantil no Brasil: aplicação da metodologia Alkire-Foster de mensuração de pobreza multidimensional. **Economia Aplicada**, v. 20, n. 4, p. 489-507, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1413-8050/ea156652>.
- OKITA, H. **Homossexualidade da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- OXHORN, P. From controlled inclusion to coerced marginalization: The struggle for civil society in Latin America. In: HALL, J. R. H. **Civil society: Theory, history and comparison**. Cambridge: Polity Press, 1995, p. 253- 254.
- RAUEN, F. J. **Roteiros de pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 2006.
- REIS, E. A., REIS I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002 Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>.
- RUTHERFORD, I. Use of Models to link Indicators of Sustainable Development. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds.) **Sustainability Indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.
- SCOTT, J. et al. Desire, belonging and absence in rural places. **Rural Society**, v. 24, n. 3, p. 219-226, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10371656.2015.1099263>
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, B. P.; SCHONS, A. A. N. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero population. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 20-27, jan./dez. 2019.
- SOUZA, C. Estado da arte da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M.; FILHO, J. C. L. S. ADEL: Jovens no semiárido cearense criando tecnologias sociais. **GVcasos**, São Paulo, v. 5, n. 2, jul-dez 2015.
- SOUZA, A. C. A. A.; POZZEBON, M.; SALDANHA, F. P.; ALVES, A. Formação de jovens em empreendedorismo rural: adaptando uma tecnologia social para a comunidade LGBTQIA+. **GVcasos**, v. 12, n esp., 2022.

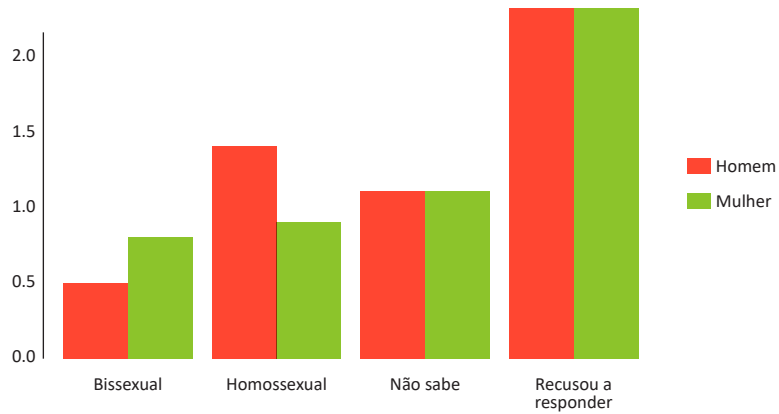
# ANEXOS



**Figura 5.** Orientação Sexual por Grandes Regiões.  
Fonte: Elaboração própria.



**Figura 6.** Orientação Sexual por Estados.  
Fonte: Elaboração própria.



**Figura 7.** Orientação Sexual por gênero.  
Fonte: Elaboração própria.







Organização:

**FUNARBE**  
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

**UFV**  
Universidade Federal  
de Viçosa



**AKSAAM**

Financiamento:

**FIDA**

Investindo nas populações rurais